

O olhar quantificado: educação patrimonial a partir de visitas ao Museu Gama d'Eça

Fernando Souto Dias Neto¹

André Luis Ramos Soares²

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v14i27.63156>

Resumo: O presente ensaio visa discutir questões relacionadas à Educação Patrimonial através dos movimentos estabelecidos pela experimentação do espaço museal. Assim sendo, os escritos apoiam-se em dados quantitativos, sendo tabulados em gráficos, trata-se de resultados obtidos por questionários aplicados no ano de 2023 no Museu Gama d'Eça, no município de Santa Maria (RS). Ancorado na bibliografia recente, o estudo não se detém apenas ao relato da experiência, mas também à forma de potência da Educação Patrimonial enquanto produtora de saberes. O trabalho parte de uma pesquisa maior a nível de doutorado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, circunscrito na linha de pesquisa Memória e Patrimônio.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Memória; Patrimônio.

La mirada cuantificada: educación patrimonial a través de visitas al Museo Gama d'Eça

Resumen: Este ensayo tiene como objetivo discutir cuestiones relacionadas con la Educación Patrimonial a través de los movimientos establecidos por la experimentación del espacio museal. Por lo tanto, los escritos se basan en datos cuantitativos, que se tabulan en gráficos; estos son resultados obtenidos a través de cuestionarios aplicados en el año 2023 en el Museo Gama d'Eça, en el municipio de Santa María (RS). Basado en la bibliografía reciente, el estudio no solo se centra en el relato de la experiencia, si no también en el potencial de la Educación Patrimonial como productora de conocimiento. El trabajo forma parte de una investigación más amplia a nivel de doctorado, vinculada al Programa de Posgrado en Historia de la Universidad Federal de Santa María, dentro de la línea de investigación de Memoria y Patrimonio.

Palabras clave: Educación patrimonial; Memoria; Patrimonio.

The quantified gaze: heritage education through visits to the Gama d'Eça Museum

Abstract: This essay aims to discuss issues related to Heritage Education through the movements established by the experimentation of the museum's space. Therefore, the writings are based on quantitative data, tabulated in graphs; these are results obtained from questionnaires applied in 2023 at

¹ Fernando Souto Dias Neto. Doutorando em História na Universidade Federal de Santa Maria / UFSM, Brasil. E-mail: fernando.neto@acad.ufsm.br - <https://orcid.org/0000-0002-6552-0854>

² André Luis Ramos Soares. Professor titular do Departamento de História, coordenador do LASCA, Coordenador da Cátedra UNESCO unitwin em Fronteiras e Migrações – UFSM, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: andre.soares@ufsm.br - <https://orcid.org/0000-0002-5475-1016>

Recebido em 30/05/2024 e aceito para publicação em 18/09/2024.

the Gama d'Eça Museum, in the municipality of Santa Maria (RS). Anchored in recent bibliography, the study not only focuses on the account of the experience but also on the potential of Heritage Education as a producer of knowledge. The work is part of a larger research at the doctoral level, linked to the Graduate Program in History of the Federal University of Santa Maria, within the research line of Memory and Heritage.

Keywords: Heritage Education; Memory, Heritage.

O olhar quantificado: educação patrimonial a partir de visitas ao Museu Gama d'Eça

Introdução

O presente artigo contempla uma discussão maior, que faz parte de uma pesquisa de doutoramento que está em andamento no Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Maria, onde, inserida na linha de pesquisa Memória e Patrimônio – financiada pela CAPES – busca compreender a visão da população sobre o patrimônio histórico e cultural.

A utilização de elementos de valor qualitativo e quantitativo nos espaços museais remonta muitas vezes à ideia dos papéis dos sujeitos. Também, aponta a atuação e papel da macroestrutura do poder público, no que diz respeito à preservação e manutenção do patrimônio na cidade. Com essa premissa metodológica, há a instalação dos autores deste texto no Museu Educativo Gama d'Eça, que se

encontra sob gestão da Universidade Federal de Santa Maria.

Vale lembrar que o acervo é constituído da Coleção Victor Bersani, conhecida também como Coleção da SUCV (Sociedade União dos Caixeiros Viajantes) em fusão com o acervo Gama d'Eça, ou seja, ambos com sua importância e reverberando artefatos que são caros à sociedade local. A partir de então, há questões que podem ser apreciadas e basilares para pesquisas, compreendendo o período da história do município de Santa Maria (RS), a partir do acervo institucional da UFSM, Numismática, Arqueologia, Paleontologia, Taxidermia, além de elementos locais, regionais e nacionais.

Nesse cenário, busca-se pensar o olhar daqueles que por ali passam através de questionários, tendo o

cuidado de ser objetivo e promover um espaço de fala do visitante.

Vale lembrar que este artigo trata de resultados parciais da pesquisa citada, a qual já ocorre há um ano, desde a inserção na instituição, interação com o público e contato com fontes necessárias para a lapidação do presente escrito.

A questão metodológica alia o questionário enquanto técnica, acreditando na sua possibilidade de captura da fala, reflexões e memórias sobre o patrimônio. Portanto, é possível aferir que o espaço museológico reverbera um campo do saber, que é preenchido pelas memórias conjugadas pelos sujeitos em suas trajetórias ao longo da vida.

Possíveis leituras sobre o patrimônio

Com o intuito de compreender a interpretação de um grupo de sujeitos – elencados a partir da visita ao espaço museal –, o resultado proposto visa pensar a emergência de um olhar sobre o patrimônio na cidade de Santa Maria (RS).

A abordagem de Christian Laville e Jean Dionne (1999) consiste na análise da amostra, supracitada, a qual

é forjada e desmembrada, possibilitando uma série de hipóteses, perguntas, bem como problematizações acerca do patrimônio através da fala dos visitantes do Museu Gama d'Eça. Conforme os autores, o questionário possibilita uma melhor delimitação das questões, evitando determinados requintes e enquadramentos ao atender o que é proposto, além de ser um suporte mais sólido quanto à formação de um aparato de amostragem.

A partir do que propomos, a ideia dá mais liberdade aos participantes tanto para acatar ao preenchimento dos questionários quanto para a utilização de dados em pesquisa. Por meio desse material é possível observar a diversidade de vozes que emanam e as diversas experiências a partir da visita, perspectivas que reverberam o arcabouço que os sujeitos carregam consigo.

Como dito anteriormente, a pesquisa mescla elementos quantitativos, no que diz respeito à classificação e categorização do que os questionários propõem; ao mesmo tempo, o material assinala narrativas e experiências pessoais, logo caracterizando esses elementos como

também qualitativos. Assim, a possibilidade de mensurar tais elementos é muito cara à discussão que busca pensar a emergência de uma visão sobre o patrimônio no município de Santa Maria (RS).

Pesquisas desse caráter se debruçam em elementos qualitativos/quantitativos, com efeito, na mescla dessas duas abordagens, logo é possível observar trabalhos como de Almeida (2019), no qual aplica os questionários aos alunos e docentes, para construir uma matriz de olhar sobre a valorização do patrimônio local, através da sua experiência em práticas educacionais. Na perspectiva de Dias (2019), por ora são explorados em suma os elementos quantitativos, com a divisão por regiões em grupos étnicos, com os quais esses dados são mensurados a fim de reconhecer o patrimônio e a respectiva pertença e salvaguarda.

Nosso papel enquanto pesquisadores que colocam a questão do patrimônio no centro de nossas preocupações, pensa práticas sociais. Para isso, entendemos a necessidade de educar os sujeitos, sejam eles o grupo social local ou aqueles que transitam, afinal, suas experiências

diante do patrimônio reverberam certos olhares e saberes sobre as memórias locais da população. Conforme Soares, Minuzzi e Maciel (2010, p. 132),

Estamos a par que a memória, entendida como um fenômeno coletivo, construída coletivamente e submetida a flutuações e transformações, mudanças constantes, muitas vezes está repleta de uma carga emocional em cuja origem está implicada a cultura, pois na base da formação da memória encontra-se a negociação entre as lembranças do sujeito e as lembranças e valores culturais do grupo a qual pertence. Por isso, devemos lembrar que a memória também se mantém em bens tangíveis que um grupo constituiu e desse modo cria-se um vínculo de pertencimento entre a sociedade e a cultura material.

Tal movimento de enquadramento – até mesmo certa valoração que possa remeter à subjetividade de determinados grupos –, pode ser compreendido e valorizado, no entanto, desde que haja diálogo com a comunidade local e a sociedade. Diante disso, trazemos o papel da Educação Patrimonial como um campo do saber com o potencial de mostrar um dos muitos caminhos de diálogo.

O trabalho de Maria de Lourdes Pereira Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro (1999)

revela-nos, passo a passo, de forma sistêmica, como trabalhar com o patrimônio. Desde formas que venham a se re/significar e até mesmo emergir novos conceitos. Mário Chagas (2013) enuncia que a Educação Patrimonial seria uma nova roupagem, de certa forma vindo a reverberar modelos europeus, como uma bricolagem a ser adaptada em solo brasileiro, e até mesmo na epistemologia patrimonial que vem a se configurar.

Para Simone Scifoni (2012, p. 34), o patrimônio não é um objeto, mas um elemento que possui a capacidade de produzir valores, ou seja, é historicizável e historicizante, pode vir a representar formas de poderdominantes. Quando, não raro, serve como elemento de reprodução de desigualdade, apontando relações de poder.

O grupo de autores quando a EP vem a ser desenvolvida, e até mesmo inserida nas práticas e políticas de ação em território brasileiro realizam uma densa crítica, na qual justamente os modelos abordados não fossem cair em uma aplicabilidade análoga a modelos que não contemplassem a realidade aqui presente.

Conforme Florêncio, Clerot, Bezerra e Ramassote (2014) se abre um espaço para pensar como um ambiente educativo, de forma que não se aborde uma metodologia única e engessada, o que necessita se fazer ver diferentes contextos culturais do país. Portanto de início, não raro, se faz a necessidade de um mapeamento, desde as referências e até mesmo potencialidades culturais e pedagógicas dessa realidade.

O papel da memória enquanto um elemento que é acionado, não apenas nos espaços museológicos, casas de memórias, salas de aula, também se faz presente em espaços não formais de educação, como comunidades, centros universitários, espaços públicos, ou seja, lugares que tenham uma atmosfera compartilhada e que possuam uma forma de troca. A atuação da Educação Patrimonial, portanto, relaciona-se diretamente com a cultura, através dessas formas de inserção e trânsito por múltiplos e plurais espaços. Logo,

A metodologia da Educação Patrimonial, é uma proposta educacional, centrada no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento, que pretende levar o indivíduo a uma alfabetização cultural, para um

maior entendimento da cultura a qual está inserido, podendo ser aplicada a qualquer tipo de evidência material, ou bem cultural, ou seja, qualquer expressão que resulte da relação entre as comunidades e seu meio ambiente (Oliveira; Soares, 2009, p. 117).

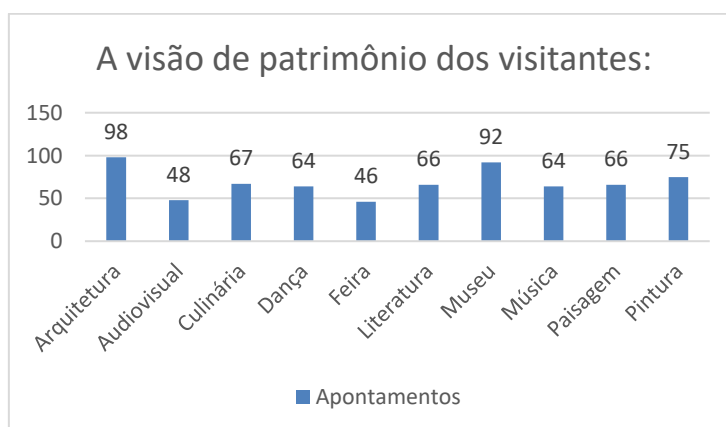
Compreendendo a instalação do pesquisador no Museu Educativo Gama d'Eça, foi feito todo um trabalho até sua reabertura: estudo de acervo, reserva técnica, elaboração de exposição, enfim, aquilo que exige um preparo da casa de memória para receber a população local e de fora do município de Santa Maria (RS).

Entendemos que o papel do museu enquanto casa de memórias é o de enunciar parte da história local, a parte em que está inserido, bem como questões regionais e além.

Neste caso, o papel dos locais de memória, sejam arquivos, museus ou outros, é buscar dar a visibilidade (ou não) aos marginalizados, esquecidos, periféricos ou simplesmente carentes, e isso não representa uma abordagem econômica (Soares, 2007, p. 290).

Antes de abrir a vereda do diálogo com o público, afim de trazer matrizes que merecem a salvaguarda enquanto patrimônio, pretendemos saber o que os visitantes enxergam enquanto patrimônio. A amostra se baseia em 111 questionários semi-estruturados aplicados aos visitantes do referido museu. Vale lembrar que lhes é dada a liberdade de atender às questões com as quais se sentem dispostos a responder, além de inserir memórias e experiências em espaços museais e não formais de educação patrimonial:

Gráfico 1– Visão dos visitantes sobre o formato do que é patrimônio



Fonte: Questionários dos autores (2024).

É possível observar a partir do gráfico acima que se trata de uma questão acerca do patrimônio, em relação ao fato de ele ainda estar fortemente ligado à compreensão daquilo que é tangível, visível, pois, ainda, para a maioria dos visitantes, parece distante a compreensão de que o patrimônio também pode ocorrer através do intangível e da "imaterialidade". A partir desses pressupostos, trazemos as palavras dos autores sobre as seguintes questões:

A cultura e a memória de um grupo não se mantêm apenas no plano intangível da memória. Mas também, em tudo o que esse grupo constitui em bens tangíveis ao longo do tempo. Através da memória cria-se um vínculo de pertencimento entre a sociedade e a cultura material. A memória acaba açambarcando para si os bens materiais que a compõem, ao menos no imaginário dos integrantes de tal sociedade, o que faz com que ela reconheça esses bens como seu patrimônio (Soares; Souza; Cardozo; Albarello, 2007, p. 111).

Ainda em relação ao patrimônio no município de Santa Maria (RS), através do olhar dos visitantes, questionamos se costumam ir a museus. O resultado foi o seguinte:

Gráfico 2– Questão "Costuma ir a museus?"



Fonte: Questionários dos autores (2024)

Outras questões acabaram se desdobrando com os questionários elaborados e aplicados aos visitantes, como a questão dos cuidados com o patrimônio, seja por parte da população (Gráfico 3) ou do poder público (Gráfico 4). É interessante entender a visão dos sujeitos sobre esses quesitos, pois acabam por reverberar certos sentidos, bem como memórias preservadas.

Mario Chagas (2011) realiza sua reflexão como forma de analogia, em que a habilidade de leitura e escrita, seja de um passado ou de uma narrativa construída em espaços museais, não se torna suficiente. O aprendizado de uma competência não se torna a resposta para as questões

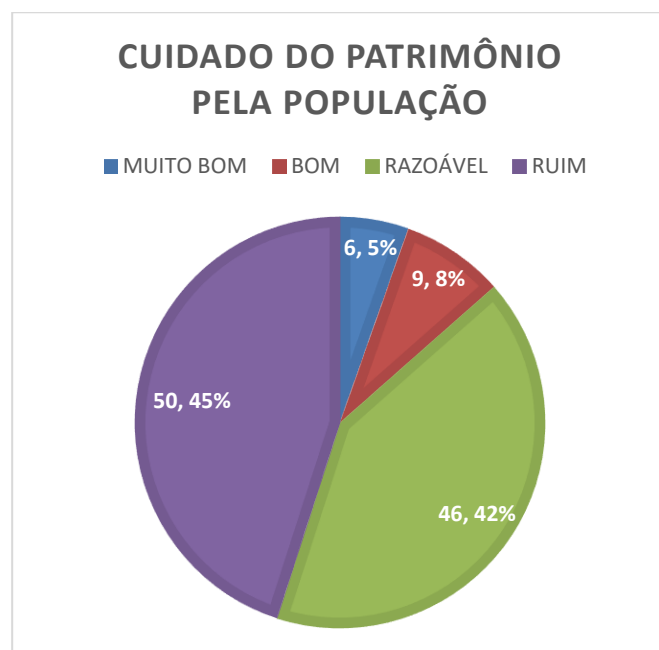
que são postas em um espaço museológico, o que estaria mais ligado ao veículo que comunica aos sujeitos. Porém, como o próprio autor coloca, há uma preocupação que é central nas casas de memórias e demais espaços de patrimônio, que responde ao movimento na tentativa de democratizar os espaços. Dessa forma se colocando a serviço da sociedade.

As transformações que se processaram no discurso museológico desde os anos 1970 parecem indicar uma forte tendência no sentido de valorizar a dimensão abstrata dos objetos, sua capacidade de representar valores e ideais de diferentes grupos e categorias sociais. (Gonçalves, 2009, p. 183).

As manifestações desses elementos, pela arquitetura, monumentos, o espaço dos museus em si, ou seja, a parte edificada, também merece uma atenção, sobretudo diante dos inúmeros ataques que sofrem, seja pela falta de incentivo para mantê-los, a realização da respectiva manutenção, ou pelo descaso da população com seu cuidado e preservação. Diante disso, é necessário compreender o suporte que é dado, o acesso que a população tem a esses espaços, desde sua vida escolar até as visitas e eventual frequência com que interagem com os

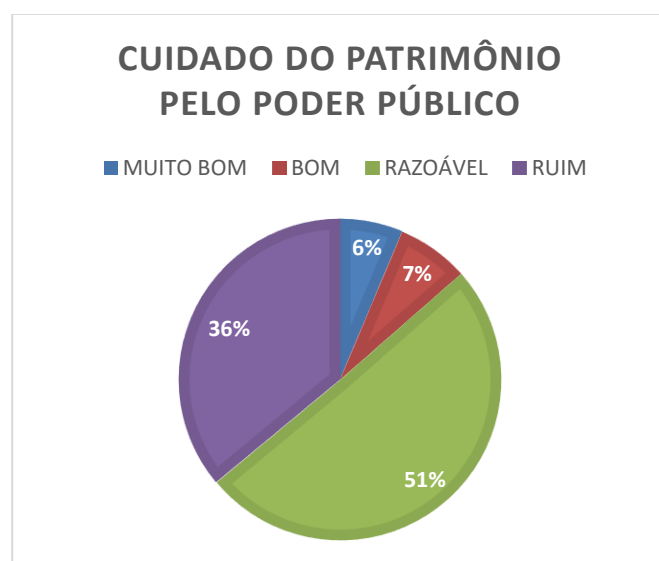
espaços museológicos e lugares de memória.

Gráfico 3– Sobre o cuidado do patrimônio por parte da população



Fonte: Questionários dos autores (2024).

Gráfico 4– Sobre o cuidado do patrimônio por pelo poder público



Fonte: Questionários dos autores (2024).

Com esses dados, a partir dos quais podemos observar que os cuidados para com o patrimônio estão longe de ser ideais, abre-se um terreno fértil para a ação da educação patrimonial como um elemento que possa estar presente nos currículos escolares ou fora da instituição, servindo de suporte para sujeitos educandos independente de faixa etária. Para Soares (2007, p. 9),

A Educação Patrimonial é uma metodologia que propõem às comunidades e seus cidadãos que estabeleçam elos com seu passado – com sua história e sua memória social. É um caminho que propõem às comunidades que resgatem suas raízes culturais: seu modo de viver, de falar, sua culinária, suas crenças, danças, enfim tudo aquilo que a diferencia das demais comunidades.

As questões aferidas apontam que a experiência do público na atmosfera museológica, em sua maioria, por ora tem esse costume. Os demais, seja por mero acaso ou por questões de curiosidade, acabam acessando o espaço museológico, o que também gera um movimento educativo. Por isso, os autores atentam:

Por esta vereda, compreende-se que os museus são, em simultâneo, lugares de memória (herança materna - matrimônio) e lugares de poder (herança paterna - patrimônio), mas onde há memória, há esquecimento e onde há poder, há resistência. Acrescente-se ainda que eles também são lugares de criatividade, sororidade, cumplicidade, solidariedade (herança fraterna - fratrimônio) e espaços de disputa, conflito e litígio (Silva; Álvares; Chagas, 2021, p. 41).

Outras questões quanto à fala dos sujeitos visitantes é a disparidade quanto ao cuidado com o patrimônio da cidade. Se existem elementos que contam a história, seria necessário um maior cuidado, tanto dos órgãos públicos quanto da população que habita e transita por esses espaços. Com esse breve panorama, entendemos que a Educação Patrimonial cumpre um papel importante, da visita à inserção nos currículos escolares.

Proporcionar essas experiências para alunos(as) na educação básica, até mesmo do ensino superior, no entanto se faz atividade necessária, a fim de cumprir um papel de reconhecimento, e até mesmo estabelecer elos da história com as

populações que visitam as casas de memórias.

Educando através da imersão no espaço museal

Adiante, considerando o panorama apresentado, conjugamos elementos a partir das visitas e impressões, o olhar dos visitantes a partir dos acervos e exposições. Para tal, observamos o papel do museu partindo da reflexão acerca dos elementos culturais, afim de desenvolver uma ação que possa vir a difundir narrativas históricas, conforme posto por Ricardo Pacheco (2017).

Segundo o autor, realiza-se um movimento, através da instituição, que vem a refletir com a comunidade formas de reconhecer e legitimar diferentes suportes da cultura material e imaterial. Isso ocorre considerando as formações discursivas de diferentes sujeitos.

O museu clássico do século XIX, na Europa, é o símbolo de uma nação ou de uma coletividade. Todos os seus objetos são outros tantos elementos característicos ou representativos de uma obra, de uma cultura, de um homem ilustre, em suma, de uma parte da comunidade imaginária em questão. Eles satisfazem estritas exigências de autenticidade, qualidade e propriedade pública,

além de se organizarem com o objetivo de uma regeneração da memória cultural para as tarefas que se impõem na época (Poulot, 2013, p. 63).

Através desse movimento institucional realizado pelo espaço museológico, vemos que o papel que cumpre estabelece elos com a comunidade em que está inserido. Segundo Possamai (2013), há um movimento pela busca de sentido ao se forjar identidades, individuais ou coletivas.

Figura 1– Corredores do Museu que conectam seções como arqueologia, numismática e demais artefatos do acervo



Fonte: Fernando Neto (2024).

Por esse viés, muitos elementos nacionais, regionais e locais foram apropriados e configuraram-se enquanto manifestações, símbolos e elementos identitários. Movimentos que, segundo Varine (2013, p. 174), são reforçados nos espaços formais ou não de ensino, com o intuito de condensar as diferenças das mais diversas, ou seja,

[...] o museu local, como suas atividades, pertence, antes de tudo, à comunidade que vive nesse território e sua responsabilidade deve contar com essa comunidade, em nome do princípio da subsidiaridade. O que significa que essa comunidade e seus representantes têm um direito de controle sobre o museu e sobre o que vai ser feito nele, sobre a interpretação das coleções, sobre sua relação com o desenvolvimento local.

Françoise Choay (2017, p. 240) aponta equívocos que podem ocorrer quanto ao consumo das culturas, por um excesso de heterogeneização. Ademais, esses elementos trariam uma maior demanda por identidades, o que, por sua vez, geraria uma espécie de "narcisismo", ou, até mesmo, "patrimonialismo", de personagens, elementos, símbolos e expressões culturais. Endossando essa via,

alguns dos movimentos realizados pela memória, acabam por ter como efeito a manutenção de uma hegemonia, perpetuando uma história "emoldurada". Conforme Jô Gondar (2016, p. 16),

A memória concebida enquanto produção de poder, destinada à manutenção dos valores de um grupo, não é equivalente à memória pensada enquanto componente ativo dos processos de transformação social e de produção de um futuro (Gondar, 2016, p. 19).

Vale destacar que, por certo tempo, o patrimônio esteve ligado à materialidade, por consequência, à monumentalização, estando vinculado à ancestralidade. Outra questão é o elo estabelecido com a cultura, comunidade e demais grupos sociais que estão inseridos nesses espaços, devendo ser contemplados. O trabalho realizado pela memória cumpre um papel importante, isso quando preservada e mantida, além de possibilitar a materialização de eventos no tempo recente. O entendimento dos sujeitos sobre as formas de se relacionar com a memória passa, portanto, por diversas formas de se ver e lidar com esses eventos.

Se as sociedades modernas demonstram tendência a privilegiar os aspectos técnicos da transmissão, não é seguro que apenas o domínio de receitas, de doutrinas pedagógicas e um didatismo genuíno sejam suficientes tradicionais, da transmissão de saberes tomando outros caminhos, tais como os ritos de iniciação, as visões, a aprendizagem por impregnação, imitação etc. [...] Transmitir uma memória e fazer viver, assim uma identidade não consiste, portanto, em apenas legar algo, e sim uma maneira de estar no mundo. (Candau, 2021, p. 118)

Parece que o papel do patrimônio enquanto memória – e da memória para estabelecer elos com o tempo –, não ocorre sozinho. Para tanto, há a necessidade de estabelecer essas conexões desde a educação formal, com as práticas curriculares alinhadas às necessidades e vocações da sociedade, além dos espaços não formais, as casas de memórias, centros culturais e espaços museológicos.

Borin (2019, p. 3) destaca a necessidade de trabalhar a Educação Patrimonial, justificando a imersão dos sujeitos nessa prática.

Desse modo, trabalhar com a Educação Patrimonial na Educação Básica amplia as possibilidades de integração cultural e social ao mesmo tempo em que promove o conhecimento, valorização e preservação dos

bens patrimoniais que os rodeiam.

Muito além de uma prática formal – que ainda não está presente em ampla aplicação –, a Educação Patrimonial, seja ela através dos museus ou lugares de memória, compreende o reconhecimento da diversidade cultural, a questão da origem, o que leva a transformações e transições. Elemento que se torna caro e um dos destaques da Educação Patrimonial é o patrimônio e sua salvaguarda, mas a forma com que se mantenha, se sustente, e produza uma série de questões referentes aos espaços visitados, que levam à sua materialidade de memórias através do patrimônio. Portanto, entende-se que

[...] a educação patrimonial é componente importante nos processos de identificação, reconhecimento e preservação do patrimônio cultural, constituindo-se em um trabalho transversal nas atividades do órgão. É de síntese, o caminho para a escuta das comunidades, evidenciando que, além da visão do historiador, do arquiteto, do sociólogo, do geógrafo, é de igual importância, a visão dos moradores e/ou usuários dos bens. Desse modo, ao que tudo indica, deixa-se a configuração inicial de pensar a educação apenas como tarefa a ser cumprida a posteriori da preservação dos bens culturais, decidida e implementada por um

campo especializado, abrindo possibilidades de intervenção de outros agentes envolvidos (Gil; Possamai, 2014, p. 20).

Portanto, a Educação Patrimonial se torna um meio de propor experiências, com as quais se promove uma prática cidadã, ou seja, que transforma novas formas de os sujeitos enquanto agentes do processo histórico se inserirem na sociedade. Salientamos que a Educação Patrimonial não tem um fim ou um objetivo a ser alcançado, mas uma forma de se trabalhar com alunos, educandos, sujeitos imersos nesses espaços de memória, relacionando diferentes áreas do saber. Alfonso, Listán e Corredera (2020, p. 58) tecem as seguintes reflexões:

De la misma manera, conciben el patrimonio desde una perspectiva academicista, alejada de la concepción de la ciudadanía activa. Como consecuencia, la utilización didáctica del patrimonio se hace desde un enfoque ilustrado basado en el conocimiento teórico de los bienes patrimoniales a través de actividades de sentido la educación patrimonial no se concibe como un recurso para la formación ciudadana.

Com efeito, refletimos: há uma série de elementos de memória que se materializam através do patrimônio,

mas, em poucos e escassos momentos são trabalhados, quando ocorre a reflexão sobre eles, facilmente se cai em algumas armadilhas epistêmicas ou pedagógicas. Muitas vezes faltam leituras ajustadas acerca desses elementos para que haja de fato uma inserção nesses lugares de memória e se possa compreender o que está posto ali.

Segundo as contribuições de Mario Chagas (2009, p. 33), a questão do patrimônio, enquanto categoria de análise, é desdobrada em uma série de significados, os quais extrapolam os conceitos anteriores, quanto à propriedade e herança. Em contrapartida, vai em direção a uma totalidade que se torna elemento de pertença e salvaguarda de um coletivo, determinado grupo social demarcado. "Em alguns meios museológicos, também podem ser encontradas as expressões 'patrimônio total' ou 'patrimônio integral'" (Chagas, 2009, p. 33). Essa vereda aberta pelo autor demonstra, em não poucos casos, a dificuldade de um trabalho constante, portanto, custoso, com a missão de enunciar os bens culturais nos espaços – não só museológicos – de formas de

experimentação, por fim, de uma maneira harmoniosa.

Conforme trazem os autores citados anteriormente, pensamos também sobre o distanciamento que muitas vezes há entre a academia (ensino superior) e a escola (educação básica). São através dessas ações, educando os sujeitos nos mais diversos níveis de ensino que se pode trabalhar – também através da extensão –, conectar os saberes acadêmicos juntamente à comunidade local e os demais visitantes.

Considerações finais

Os resultados alcançados até agora demonstram que a presença da Educação Patrimonial veio a desenvolver uma forma de prática social. Tal movimento está ligado a formas de cidadania, onde o sujeito passa a ver e ser visto, desde a narrativa de sua história, estabelecendo elos entre passado e tempo vivido. Por recorrência, o sujeito acaba deixando marcas, vestígios, além de produzir cultura, o que passa a ser reproduzido pelos tempos, seja em gerações, ou até mesmo pela reprodutibilidade de saberes.

Em ciências humanas e sociais, principalmente em nossa trajetória, é rara a ocasião de uma pesquisa de teor quantitativo. Nosso objetivo enquanto estudantes, pesquisadores, professores e, acima de tudo, cidadãos comprometidos com a inserção social, abarca inúmeras abordagens, de forma a incluir principalmente as expressões culturais e identitárias, além de abordagens metodológicas e epistêmicas.

Ao indagar sujeitos visitantes, podemos ver as variantes nas suas falas, estabelecendo um parâmetro – ainda que inicial da pesquisa –, a partir do qual refletimos sobre os espaços de memória. O Museu Educativo Gama d'Eça propõe esse caráter comunicativo, educativo e informativo para a população, comunidade e visitantes em geral. Esse é o movimento da extensão, o qual alia o saber superior ao básico e que converte o espaço museal não apenas em um colecionismo, mas um espaço não formal de educação.

Parece-nos que o papel que a instituição cumpre é ímpar, ao mesmo tempo, conta com um acervo rico e diverso, e que de forma legítima cumpre os processos museológicos,

das questões de exposições à disseminação do saber à sociedade. Entende-se que o estudo do público pela visão dos pesquisadores corrobora com o papel educativo que se exerce da instituição com seus visitantes.

São passos iniciais da elaboração da tese, que servem de aporte para novos resultados, quando se utiliza de uma amostra significativa que consegue capturar a reflexão, fala e experiência do visitante enquanto sujeito imerso nas memórias. Através desse exercício, que captura a fala pelo questionário, é possível compreender o impacto da Educação Patrimonial na inserção no meio.

Assim seguimos abrindo veredas, para que possamos buscar sentido nas manifestações do patrimônio histórico e cultural, entendendo que ele coexiste em um campo de disputa, principalmente em nosso território, onde há uma imensa diversidade. Acreditamos que as memórias e o papel da educação patrimonial cumprem um movimento importante nesse processo, revisitando os fatos e propondo discussões que não se conseguem abarcar na escrita da história.

Referências

ALFONSO, José Antonio Pineda; LISTÁN, Mario, Ferreras; CORREDERA, Maria Auxiliadora Rebollo. La educación patrimonial como vehículo para la formación de ciudadanos críticos. *In: TOSO, Cláudia Eliane Ilgenfritz; CALLAI, Helena Copetti; OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de. (Orgs.) A cidade e as múltiplas interações com o patrimônio, identidade e pertencimento. Curitiba: CRV, 2020.*

ALMEIDA, Ana Maria da Mata. *Olhares, percepções e patrimônio cultural: a educação escolar e o Parque Nacional Serra da Capivara – Piauí. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.*

BORIN, Marta Rosa. Educação Patrimonial em espaços não formais de aprendizagem. *Estudios Históricos, Uruguay*, v. 11, n. 22, p. 1-13, dez. 2019. Disponível em: <https://estudioshistoricos.org/22/eh22d17.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade. São Paulo: Contexto, 2021.*

CHAGAS, Mario. *A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Museu: memória e cidadania, 2009.*

CHAGAS, Mario. Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação. *In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). Educação patrimonial: educação, memórias e identidades. João Pessoa: Iphan, 2013.*

CHAGAS, Mario. Museu, memórias e movimentos sociais. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 1, n. 41, p. 5-16, 2011. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/2654>. Acesso em: 29 ago. 2024.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo Estação Liberdade: Ed. UNESP, 2017.

DIAS, Guilherme. *O patrimônio histórico sob a ótica dos grupos étnicos no Rio Grande do Sul: (1980-2000)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: Iphan, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf. Acesso em: 29 mai. 2024.

GIL, Carmem Zeli de Vargas; POSSAMAI, Zita Rosane. Educação patrimonial: percursos, concepções e apropriações. *Mouseion*, Canoas, v. 1, n. 19, p. 13-26, dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/download/1874/1232/0>. Acesso em: 5 abr. 2024.

GONÇALVES, Reginaldo José Gonçalves. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario. (Orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. *Morpheus: estudos interdisciplinares em memória social*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19-40, ed. especial, 2016.

HORTA, Maria Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico da educação patrimonial*. Brasília: Iphan, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf. Acesso em: 29 mai. 2024.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

OLIVEIRA, Fabiana de; SOARES, André Luís Ramos. Valorização do patrimônio como tem transversal: utilizando a educação patrimonial como forma de sensibilização do público escolar. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 115-125, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/1787>. Acesso em: 5 abr. 2024.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. *Ensino de História e Patrimônio Cultural: um percurso docente*. Jundiá: Paco, 2017.

POSSAMAI, Zita Rosane. Patrimônio e identidade: qual o lugar da história? In: SILVA, Adriana Fraga da; et al. *Ensino de história no cone sul: patrimônio cultural, territórios e fronteiras*. Porto Alegre: Evangraf/UNIPAMPA Jaguarão, 2013.

POULOT, Dominique. *Museu e museologia*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

SCIFONI, Simone. Educação Patrimonial: reflexões sobre o tema. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). *Educação Patrimonial: reflexões e prática*. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012.

SILVA, Cássia Rodrigues da; ÁLVARES, Lucia Capanema; CHAGAS, Mario. *Os museus e a cidade: contribuições para uma sustentabilidade integrada: o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Niterói: UFF, 2021.

SOARES, André Luís Ramos. Dr. Jeckyl and Mister Hide ou que educação patrimonial queremos nos museus? *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 22, n. 31, 283-295, jun. 2010. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/download/547/369/0>. Acesso em: 5 abr. 2024.

SOARES, André Luís Ramos. Educação patrimonial na Universidade Federal de Santa Maria: o núcleo de estudos do patrimônio e memória e sua

inserção na comunidade. *Anais X Cidade Revelada*, Itajaí: 2007, p. 1-13. Disponível em: <http://jararaca.ufsm.br/websites/nep/download/Textos%20Nep/NEP.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2024.

SOARES, André Luís Ramos; ALBARELLO, Tales Henrique; CARDÔZO, Lisliane; SOUZA, Cristiéle Santo de. A educação patrimonial como um instrumento de preservação e democratização da memória e do patrimônio nos museus. *Cadernos do CEOM*, Chapecó, v. 20 n. 26, p. 109-135. Jul. 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2021>. Acesso em: 5 abr. 2024.

SOARES, André Luís Ramos; MINUZZI, João Davi Oliveira; MACIEL, Renata Baladin. Memória e história local como patrimônio. *Mouseion*, Canoas, n. 10, p. 130-134, jul.-dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/245>. Acesso em: 5 abr. 2024.

VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2013.